



Informativo

Programa de Comunicação Social Regional dos Empreendimentos Marítimos na Bacia de Sergipe-Alagoas

Aracaju (SE), Julho de 2011 - ANO 4 nº 2



A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pelo IBAMA.

Projetos de Compensação do PEAC são iniciados

Compreenda o processo de compensação e sua situação atual na Bacia de Sergipe-Alagoas

No mês de junho foi iniciada a execução de projetos de compensação do PEAC, que são condicionantes das licenças ambientais de operações marítimas da Petrobras na Bacia de Sergipe e Alagoas. Nesta edição, fazemos um breve histórico do processo de compensação na Bacia e apresentamos um panorama geral da elaboração e execução dos projetos previstos.



O que é compensação

No processo para licenciar uma atividade com potencial para causar impacto socioambiental, a compensação é um mecanismo legal que determina que os empreendedores compensem aquelas comunidades que podem ser afetadas por impactos que não podem ser mitigados. Um exemplo desse tipo de impacto é o impedimento, mesmo que temporário, do uso de uma área de pesca.



Reuniões dos projetos de compensação

De acordo com as orientações e diretrizes do IBAMA, a compensação deve fortalecer os grupos sociais afetados pelos empreendimentos e que têm menos condições para intervir nos processos decisórios que afetam seu modo de vida.

O processo de compensação ocorre por meio de ações de educação ambiental nas quais se utilizam metodologias participativas, que devem garantir que as comunidades se preparem e possam decidir coletivamente sobre projetos comunitários. Assim, um importante trabalho é desenvolvido com as comunidades para que as decisões sobre a compensação sejam de fato resultantes do anseio comunitário.

A compensação na Bacia de Sergipe-Alagoas

O processo de compensação por atividades marítimas da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas tem como marco de referência recente a aquisição de dados sísmicos no bloco de águas rasas BM-SEAL-9, realizada em 2006, e que previu um Plano de Compensação por interferência na atividade pesqueira. Durante a implementação do plano, ele teve que passar por ajustes, a exemplo da sua incorporação ao programa PEAC, que já estava em desenvolvimento.

O PEAC, por sua vez, tendo sido exigido para atender a todas as condicionantes de educação ambiental dos processos de licenciamento da Petrobras no litoral de Sergipe, ao abrigar o Plano de Compensação da Sísmica, foi reorganizado, incorporando como público prioritário as comunidades costeiras envolvidas com pesca artesanal nos 10 municípios do litoral de Sergipe, além de Jandaíra e Conde, da costa norte da Bahia.

Para que a reorganização do PEAC pudesse ser feita, foi realizado um diagnóstico socioambiental para se ter uma melhor compreensão sobre as comunidades, tendo a Petrobras, em seguida, rerepresentado o programa PEAC ao IBAMA, sendo ele atualmente executado com intensa participação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Devido à insuficiência de informações relativas à pesca artesanal, o IBAMA exigiu que fossem incorporadas ao programa ações de monitoramento de dados pesqueiros para melhor orientar as comunidades nas suas decisões relacionadas com a pesca. Dessa forma, em 2008, a Petrobras apresentou o Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro, que conta com a participação de coletores de dados das comunidades e coordenação técnica do Núcleo de Engenharia de Pesca da Universidade Federal de Sergipe.



Reuniões dos projetos de compensação

■ Projeto de Caracterização Regional
Pág. 5

■ PEAC realiza atividade com marisqueiras
Pág. 6

■ Curso de capacitação do Conselho Gestor do PEAC
Pág. 7



A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pelo IBAMA.



Reuniões dos projetos de compensação

Conselho Gestor prioriza demandas

Dentro do processo decisório para os projetos de compensação, um papel fundamental é o do Conselho Gestor do PEAC. Composto inicialmente por 26 representantes, o conselho foi eleito em dezembro de 2009 para um mandato de dois anos, sendo seu funcionamento regulado por um estatuto e um regimento interno. O papel do conselho foi fundamental para a rediscussão e priorização das demandas de compensação previamente identificadas nas comunidades, de modo a dar encaminhamento aos projetos de compensação.

Com as demandas aprovadas pelo Conselho, em novembro de 2010 o IBAMA enviou à Petrobras as orientações para o planejamento e implementação dos projetos. Eles foram ordenados em três categorias: projetos para execução imediata; projetos para execução em curto prazo; e projetos para médio e longo prazo. A situação geral dos tipos de projeto, prazos e comunidades atendidas podem ser vistos nos quadros das páginas 6 e 7.

Os projetos de execução imediata – reforma de embarcações e cursos de capacitação já foram iniciados em junho. Quanto aos projetos de curto prazo, as equipes responsáveis estão realizando reuniões por comunidade para discuti-los e validá-los. Nessa discussão, algumas demandas têm sido modificadas para melhor atendimento das comunidades. A elaboração de vários projetos de curto e médio prazo já foi iniciada.

De demanda a projeto executivo

Para que as demandas se convertam em projetos com viabilidade técnica, econômica e ambiental, a Petrobras assinou convênio com o SEBRAE, organização reconhecida pelo seu envolvimento no desenvolvimento e gestão de projetos de micro e pequeno porte.

Juntamente com as equipes da UFS e Petrobras, os técnicos do SEBRAE interagem com as comunidades para dialogar sobre a melhor forma de viabilizar as demandas, indicando os passos necessários para sua execução. Nesse processo, a viabilidade social da demanda também é avaliada, considerando-se, por exemplo, a questão da futura gestão coletiva do projeto. Como resultado, é elaborado um projeto executivo que, uma vez finalizado, é apresentado às comunidades para que seja validado e encaminhado ao IBAMA. Somente após esse processo é possível entrar nas providências práticas para sua execução.

Na ilustração abaixo, as etapas dos projetos de compensação desde a priorização das demandas até a execução



Expediente

Informativo Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe/Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional, medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Eugênio Dezen - Gerente Geral da UO-SEAL • **Luiz Roberto Dantas de Santana** - Gerente de Comunicação e Segurança de Informações • **Ricardo Leal Costa Santos** Responsável pela Publicação - CONRERP 2025 (3ª Região) • **Bénette Cruz Bezerra** - Editoração Eletrônica • **Colaboradores** - Guilherme Gouy (Jornalista) • Luis Sávio Sousa Rosângela Argolo • Aline Rodrigues (Projetos Ambientais) • **Fotografias** - Acervo Petrobras, Bénette Cruz e Guilherme Gouy.

Endereço • Rua Acre, 2504, Bloco B, Bairro América, Aracaju/SE, **Cep** 49.080-010, **Fone** (79) 3212-2254 • **Email:** launseal@petrobras.com.br

Tiragem: 9000 exemplares



Acompanhe abaixo situação dos projetos de compensação do PEAC:

PROJETOS PARA EXECUÇÃO IMEDIATA

Aqueles para cuja realização não há necessidade de imóveis ou terrenos nem de uma entidade local representativa da comunidade (associação ou cooperativa).

Quantos são: 6

Prazo de elaboração:
31/01/11

Quais comunidades atendem: Saramén/Cabeço e Sede (Brejo Grande);
Tinharé/Chica e Pedreiras (São Cristóvão); Curimã, Gravatá,
Muculanduba e Miranga/Miranguinha (Estância).

Prazo para início da Execução:
30/06/11

Situação atual dos projetos de execução imediata: A execução dos projetos de cursos de capacitação e reformas de embarcação foi iniciada em junho. As comunidades de Pontal da Barra (Barra dos Coqueiros) e Ilha Grande (São Cristóvão), que inicialmente tinham priorizado cursos de capacitação, tiveram suas demandas modificadas.

PROJETOS PARA EXECUÇÃO EM CURTO PRAZO

Para execução desses projetos, o IBAMA levou em consideração quatro diferentes critérios, conforme apresentado neste quadro.

1º Critério: Respeito aos encaminhamentos do Conselho Gestor (indicados pelo Conselho como prioritários).

Quantos são: 10

Prazo de elaboração:
31/05/11

Quais comunidades atendem: Sede de Barra dos Coqueiros;
Aguilhadas, Lagoa Redonda e Santa Izabel (Pirambu); Tigre, Piranhas
e Ponta dos Mangues (Patacuba); Coroa do Meio (Aracaju);
Assentamento Sete Brejos e Preguiça (Indiaroba).

Prazo para início da Execução:
Dezembro de 2011

2º Critério: Relação com as demais linhas de ação do PEAC (neste caso, a linha de ação Fortalecimento das organizações comunitárias)

Quantos são: 5

Prazo de elaboração:
30/06/11

Quais comunidades atendem: Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros);
Mosqueiro (Aracaju); Carmo / Coqueiro e Rita Cacete (São Cristóvão);
Craсто (Santa Luzia do Itanhi).

Prazo para início da Execução:
Dezembro de 2011

3º Critério: Projetos que envolvem apenas reformas

Quantos são: 6

Prazo de elaboração:
31/05/11

Quais comunidades atendem: Atalaia Velha (Aracaju); Costa e Paruí
(Itaporanga D'Ajuda); Caípe Velho (São Cristóvão); Saguim (Indiaroba),
Jatobá (Barra dos Coqueiros).

Prazo para início da Execução:
Dezembro de 2011

4º Critério: Comunidades da Bahia

Quantos são: 2

Prazo de elaboração:
31/05/11

Quais comunidades atendem: Abadia (Jandaíra) e Sítio do Conde
(Conde).

Prazo para início da Execução:
Dezembro de 2011

Situação atual dos projetos de curto prazo: Vários desses projetos já foram elaborados e alguns já foram encaminhados para aprovação do IBAMA. Alguns tiveram a demanda modificada e serão elaborados em data a ser definida com o IBAMA e o Conselho Gestor.

PROJETOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quantos são: 50

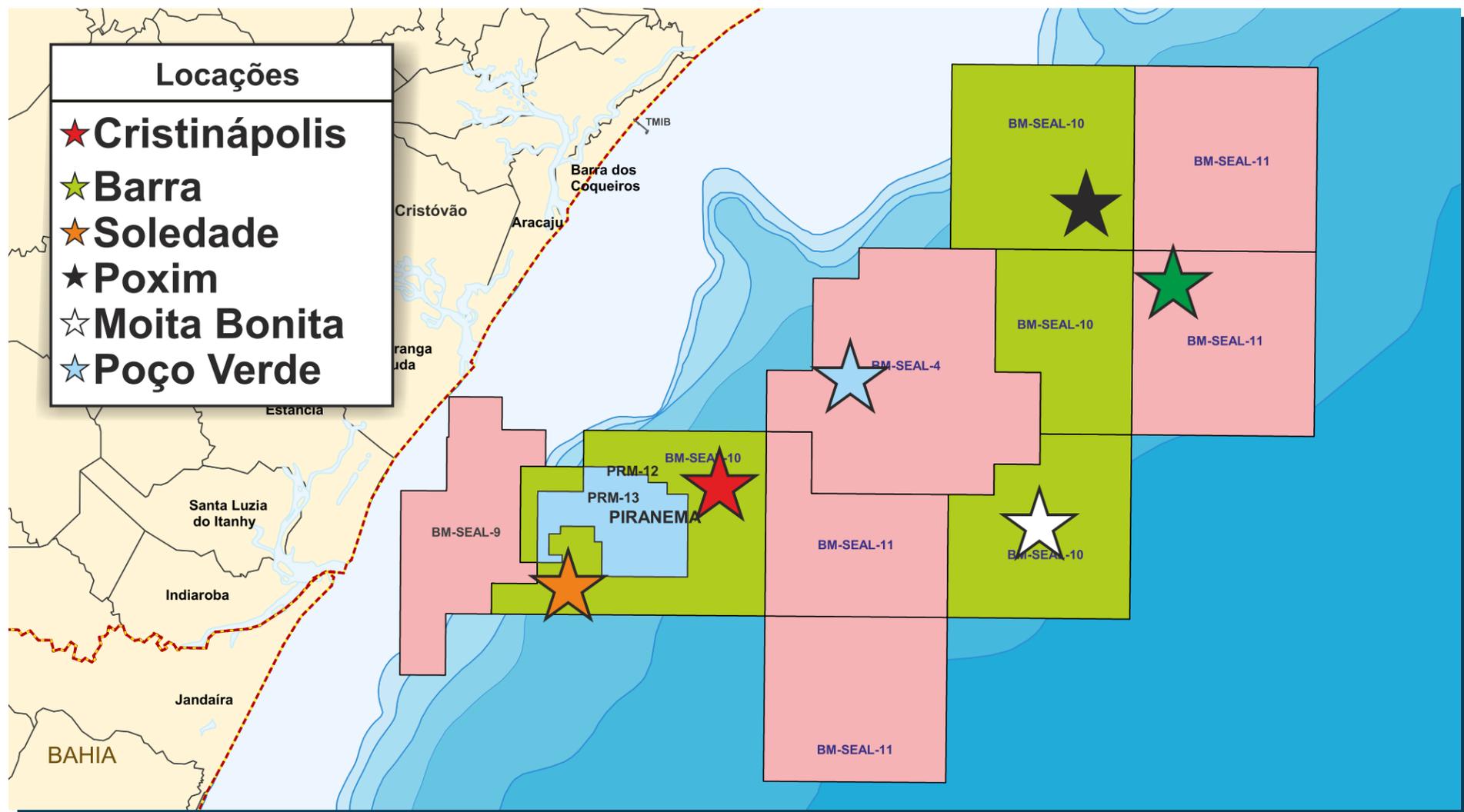
Prazo de elaboração:
31/10/11

Quais comunidades atendem: Todas as demais comunidades não
mencionadas nos projetos anteriores.

Prazo para início da Execução:
A partir de 2012

Novos poços perfurados em águas profundas

Conforme antecipado na última edição deste Informativo, a Petrobras deu início a novas campanhas de perfuração na Bacia Sergipe/Alagoas. As atividades ocorrem no Polígono de Águas Profundas, nos blocos BM-SEAL- 4, 10 e 11. Tanto os blocos quanto as locações (áreas onde ocorrerá perfuração) podem ser visualizados no mapa abaixo.



ATIVIDADES DE PERFURAÇÃO EM ÁGUAS PROFUNDAS LITORAL SERGIPANO - 2011

PERÍODO	LOCAÇÃO	DISTÂNCIA DA COSTA	LÂMINA D'ÁGUA	SONDA
Abril a Junho	Cristinópolis (Sul)	41 Km	1.450m	NS-9
Maior a Junho	Barra (Norte)	66 Km	2.320m	NS-28
Junho a Agosto	Soledade (Sul)	38 Km	1.180m	NS-9
Setembro a Outubro	Poxim (Norte)	48 Km	1.400m	NS-9
Dezembro/11 a Janeiro/12	Moita Bonita (Sul)	81 Km	2.840m	NS-29

Para realizar a perfuração, estão sendo utilizados os navios NS-09 e NS-28, estando prevista a chegada do NS-29. Na tabela ao lado, é possível ver o período de perfuração em cada uma das locações, a distância da costa de cada uma delas e a que profundidade ocorre a atividade.



Navio-Sonda NS-9

Piranema – Mais um poço produtor entra em operação

Foi finalizada em maio a interligação de um novo poço produtor à plataforma Sevan Piranema, situada no litoral sul de Sergipe, a 28km da costa. O novo poço tem produzido um média de 10 mil barris de petróleo por dia. O empreendimento do campo de Piranema prevê ainda a perfuração de novos poços em 2012. Até lá, a Petrobras irá divulgar novos cronogramas para as atividades do campo.

Royalties - números recentes

Até maio de 2011, o Estado de Sergipe recebeu no ano um acumulado de R\$49,46 milhões. Já os municípios sergipanos arrecadaram juntos este ano um total de R\$48,75 milhões. Na região costeira, destaque para os municípios de Aracaju, que recebeu R\$10,65 milhões, Itaporanga D' Ajuda, com R\$ 1,6 milhão, Estância, com R\$ 880,5 mil, Pirambu, com R\$ 715 mil e Pacatuba, com R\$ 667 mil. Para acompanhar o pagamento de royalties, acesse www.anp.gov.br e clique em Participações Governamentais e de Terceiros.



Caracterização Regional da Bacia Sergipe/Alagoas

O Projeto de Caracterização Regional é mais um dos projetos exigidos como medida de mitigação pelo licenciamento ambiental federal para os empreendimentos da Petrobras na Bacia de Sergipe e Alagoas. Seu objetivo é permitir um conhecimento mais aprofundado sobre o ambiente marinho da região dos empreendimentos, englobando aspectos geológicos, biológicos e químicos, de forma a proporcionar uma melhor gestão ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

Para atingir seu objetivo, o projeto prevê um total de 13 campanhas para coleta de diversas amostras, a exemplo de água e sedimentos (como areia e lama), peixes, invertebrados, entre outras, além de análise de condições ambientais como temperatura, salinidade, correntes e regime de ondas e marés, dentre outros fatores.

Estações seca e chuvosa

Uma das peculiaridades do projeto é a realização de campanhas distintas nas estações seca e chuvosa, de modo a verificar a variabilidade sazonal na biota e no ambiente.

Desde o final de 2008, já foram realizadas duas campanhas para caracterização geológica, uma campanha de coleta de sedimento para análises químicas e biológicas e uma campanha de arraste de fundo na região marítima próxima à costa (plataforma continental). Também está sendo concluído um levantamento das informações já existentes sobre a região, incluindo uma atualização das unidades de conservação presentes na área. Ao longo do ano de 2011 estão sendo realizadas as campanhas de sedimento e arraste de fundo na região da plataforma continental referentes à estação chuvosa, bem como as coletas na foz dos rios. Já as amostragens em águas mais profundas (talude) e as coletas de água, em toda a bacia, bem como uma campanha adicional para a coleta de dados oceanográficos, estão previstas para acontecer entre os anos de 2012 e 2013.

Embarcações

As campanhas do programa são realizadas a bordo de embarcações especializadas, cujo porte pode variar a depender da área em análise. Para as campanhas realizadas nas regiões próximas à costa e em águas profundas, são utilizadas embarcações como o Seaward Johnson (foto). Já nas áreas de foz dos principais rios do Estado - São Francisco, Sergipe, Vaza-Barris e Piauí-Real - será utilizada uma embarcação de menor porte, capaz de atuar em pequenas profundidades.

Coordenado pelo Centro de Pesquisas da Petrobras – CENPES, o projeto conta com a participação de uma equipe multidisciplinar de professores e pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe - geólogos, geoquímicos, biólogos e oceanógrafos.



Embarcação para campanha na foz de rios



Navio oceanográfico



Separação dos peixes capturados



Coleta de sedimento

PEAC realiza diagnóstico socioambiental no sul de Alagoas



Diversas oficinas realizadas para elaboração do diagnóstico

Foi finalizado em abril de 2011 o diagnóstico socioambiental dos municípios de Coruripe, Feliz Deserto e Piaçabuçu, localizados na costa sul de Alagoas. Elaborado como exigência do IBAMA, o estudo tem a finalidade de complementar dados de Estudo de Impacto Ambiental elaborado para a região com o objetivo de mensurar os impactos socioeconômicos da atividade de exploração de petróleo e gás natural da Petrobras sobre as atividades pesqueiras na região.

Elaborado sob a responsabilidade da Universidade Federal de Sergipe - UFS, o estudo foi viabilizado com pesquisas em documentos (jornais, dados oficiais, entre outros) e diversas visitas às comunidades, o que permitiu à equipe maior familiaridade com as necessidades da pesquisa. Para garantir caráter participativo ao estudo, foram realizadas oficinas com os pescadores artesanais e marisqueiras da região entre os

meses de janeiro e fevereiro de 2011.

Além dos trabalhadores da pesca, as oficinas tiveram a participação de representantes da Petrobras, IBAMA e das equipes da UFS envolvidas com a atividade. Durante os eventos, as equipes técnicas fizeram uma apresentação do PEAC, sua área de abrangência e os objetivos do diagnóstico; já os pescadores e marisqueiras puderam expor as dúvidas e expressar suas preocupações sobre a questão da pesca relacionadas com as atividades da Petrobras.

O relatório final do diagnóstico encontra-se sob a avaliação do IBAMA, por meio de sua Unidade Avançada de Licenciamento Ambiental Especializada, sediada em Aracaju. O órgão vai definir de que forma as comunidades estudadas deverão ser incluídas no PEAC, em consonância com o que determina a legislação ambiental.

PEAC realiza trabalho com marisqueiras

O PEAC vem desenvolvendo, desde 2010, um trabalho com marisqueiras das comunidades de Apicum (São Cristóvão), Sede de Pirambu e Porto do Mato (Estância). O trabalho é uma exigência do IBAMA, que reconhece a situação de vulnerabilidade social dessas trabalhadoras, sendo voltado para o fortalecimento da atividade de mariscagem, elevação da autoestima das profissionais e estímulo à organização e ao cooperativismo.



O trabalho com as marisqueiras é desenvolvido como parte do PEAC e como atividade de extensão da Universidade Federal de Sergipe, por meio do curso de Serviço Social. Batizado de “Fortalecendo a Organização de Base - Experiência Piloto”, tem como objetivos principais: ampliar o acesso das marisqueiras às políticas públicas, proporcionar melhores condições de intervenção das marisqueiras no PEAC e estimular a organização política desse segmento. Ainda este ano, será dada continuidade às atividades de campo voltadas para o fortalecimento dos grupos de marisqueiras junto aos órgãos e instituições públicas responsáveis pelas políticas da pesca e demais políticas que possam beneficiá-las, sempre considerando a importância da articulação entre grupos e da luta de gênero.

Em 2011, as ações foram retomadas em abril, buscando atender à realidade de cada município. Em Pirambu, as ações se concentram na reorganização da Associação das Mulheres Pescadoras de Pirambu (AMPAP), iniciando pelo processo de regularização jurídica da entidade, que ainda não possui sede própria. Por conta disso, a equipe técnica do PEAC tem focado nos conteúdos sobre formação política e reestruturação da entidade.

Em Apicum (São Cristóvão), vêm ocorrendo reuniões e visitas institucionais. Uma dessas visitas ocorreu no dia 3 de maio à Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) de Sergipe. O

objetivo foi propiciar às marisqueiras um espaço de diálogo direto com a entidade, possibilitando maior esclarecimento sobre questões como período de defeso das espécies de camarão, a articulação entre o MPA e o Ministério do Trabalho, entre outras questões.

Já em Porto do Mato, litoral de Estância, o grupo de marisqueiras está entusiasmado para a fundação da Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Porto do Mato (AMPP), estando as atividades de formação política voltadas, no momento, para a construção do estatuto da futura entidade.



Marisqueiras durante reuniões para trabalho de fortalecimento da sua atividade

Dados do Monitoramento do Desembarque Pesqueiro são devolvidos às comunidades

Durante os meses de março e abril deste ano, a equipe do Projeto de Monitoramento Participativo de Desembarque Pesqueiro - PMPDP realizou uma série de Oficinas Devolutivas nas comunidades que possuem portos monitorados pelo projeto. Durante um ano, de janeiro a dezembro de 2010, cerca de 25 coletores - todos eles filhos de pescadores - trabalharam junto às comunidades para registrar a produção pesqueira.

Graças à contribuição dos pescadores e marisqueiras durante o processo de coleta, foi possível conhecer os principais petrechos de pesca, as espécies mais comuns em cada região e a quantidade destas (por município e por localidade), além de cadastrar os tipos de embarcações que se utilizam dos 26 portos monitorados. A coleta de dados acontece de segunda à sexta-feira, sendo que nos finais de semana (folga dos coletores) muitos pescadores anotam sua produção e repassam à equipe tão logo seja possível.



Facilitadores da UFS e comunidades durante devolutivas

Segundo o coordenador do Projeto, o professor da Universidade Federal de Sergipe, Mário Thomé, acompanhar de perto a produção pesqueira na área de abrangência do PEAC é de fundamental importância para garantir os direitos daqueles que sobrevivem da pesca. Em relação às oficinas que aconteceram no ano passado, o número de participantes cresceu significativamente, fato que demonstra a credibilidade do projeto junto às comunidades. Para o biólogo Jairo Ferreira Dantas, responsável pelo monitoramento da região Sul - que compreende os municípios de Jandaíra, Conde, Estância, Santa Luzia e Indiaroba - o objetivo das reuniões foi alcançado. “Tínhamos que entregar aos pescadores, a partir de elementos estatísticos, dados mais precisos sobre a produção pesqueira. De posse dessas informações, a comunidade pode captar recursos, ser inserida em programas de incentivo a atividade pesqueira e muito mais”, completa.



I Curso de Capacitação dos Membros do Conselho Gestor do PEAC

Nos dias 19 e 20 de maio foi promovido em Aracaju o I Curso de Capacitação e Formação dos Conselheiros do Conselho Gestor do PEAC - Elementos da Legislação referentes à Educação Ambiental Brasileira. O objetivo foi apresentar e debater com os conselheiros elementos da legislação referentes à educação ambiental e aos royalties que, no caso do petróleo, são os recursos pagos aos Estados e municípios como compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural em território brasileiro. O curso foi conduzido pelo professor Frederico Lisbôa Romão, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com mediação das professoras Náilsa Araújo e Josiane Soares, ambas da UFS, e Maria das Graças e Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Fred, como costuma ser chamado, vem pesquisando há bastante tempo como as principais cidades beneficiadas pelos royalties do petróleo convertem estes recursos em benefícios sociais.



Os conselheiros e suplentes compareceram em peso e puderam, durante todo o curso, tirar dúvidas, expor seus pontos de vista e conhecer mais sobre direitos civis, políticos e sociais, acidentes ambientais, além das leis, decretos e artigos importantes para conhecer e reivindicar direitos, entre eles, a Lei do Patrimônio Cultural, a Política Nacional do Meio Ambiente e o Decreto-Lei de Proteção e Estímulos a Pesca.

Quanto aos royalties, o professor propôs discussões sobre as leis que regem a sua distribuição e fiscalização e suas resultantes sociais, entre outras questões. Quanto ao contexto dos royalties em Sergipe, ele destacou alguns números recentes quanto ao recebimento desse recurso. Um desses números revela, com base nos dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que no mês de abril as receitas de

royalties, originadas a partir da extração de petróleo e gás (em terra e mar) no Estado, alcançaram R\$ 9,7 milhões, aumentando 15,1% sobre as receitas recebidas no mesmo período do ano passado (R\$ 8,5 milhões).

Ao término do curso, questionado sobre as atividades que realizou, Frederico declarou: "Termino o curso com minhas expectativas superadas. O objetivo de trabalhar, junto com eles, o papel que têm como cidadãos, como podem se organizar, sempre os situando quanto ao contexto histórico, e como defender seus direitos, foi alcançado". Segundo ele, a participação ativa dos conselheiros foi fundamental, com gente participando, opinando, tirando dúvidas e querendo conhecer mais. "O que a gente percebe é que eles entenderam o que deve ser feito, enquanto cidadãos, para defender e lutar por seus direitos", concluiu.



Nas fotos, o professor Frederico Romão e os conselheiros durante a capacitação

Você conhece a ANP ?



A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP é o órgão regulador das atividades relacionadas à indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Criada em 1998 em decorrência do fim do monopólio da exploração de petróleo e gás pela União, é vinculada ao Ministério das Minas e Energia e sediada em Brasília.

É a ANP que realiza, por meio de leilões, a concessão das áreas - os chamados blocos terrestres ou marítimos - para que as empresas possam buscar e produzir petróleo e gás. Nos leilões, podem participar empresas brasileiras e estrangeiras, ficando os vencedores com uma série de obrigações firmadas em contratos, em acordo com as leis e normas do setor, entre elas, a Lei do Petróleo (Lei nº. 9.478/97).

As atribuições da ANP passam por toda cadeia do petróleo, desde a licitação das áreas a serem exploradas, passando pela produção, refino até sua comercialização, já que acompanha a evolução dos preços de combustíveis para garantir a concorrência no setor. Mas a mais conhecida das suas atribuições é a de calcular a distribuição dos royalties e o valor da participação especial a serem pagos a municípios, a Estados e à União. No site da agência, é possível acompanhar mês a mês o valor desses repasses, que ficam disponíveis como informação pública. Não deixe de consultar: acesse o site no endereço anp.gov.br e clique em **Participações Governamentais e de Terceiros**.



Você conhece o conselheiro do PEAC na sua comunidade?

Para garantir o processo participativo do PEAC, é fundamental que as comunidades conheçam, conversem, debatam e se informem com os seus conselheiros. Eles se reúnem uma vez por mês e discutem pautas variadas, dentre elas, os projetos de compensação e mitigação, questões ambientais ligadas à pesca, além de temas de interesse da comunidade e que de alguma forma interferem na suas condições de vida, sempre com a participação da Petrobras e a mediação do IBAMA.

De acordo com o estatuto do Conselho, são eleitos dois representantes por município a cada dois anos, ficando eles responsáveis pelo contato com as comunidades do respectivo município. Em 2011, os dois conselheiros eleitos do município de Itaporanga D' Ajuda solicitaram desligamento do Conselho, tendo havido também desistência por parte dos seus suplentes, ficando a composição atual com 24 conselheiros.

Ao longo do segundo semestre de 2011, ocorrerá um amplo processo eleitoral para a escolha da próxima composição do Conselho, que será celebrada em dezembro, durante o IV Encontro do PEAC.



Membro

Jucilene Santana dos Santos
 Valdenir Nascimento Palmeira
 Domingos Ferreira de L. Filho
 Lenivalda Pinheiro Santos
 Geilza dos Santos Silva
 Ênio Pereira Rabelo
 Robério Manoel da Silva
 Geovania dos Santos Bispo
 Marcelo Brito Ludovice
 Leila Prado Ferreira
 Maria José Pereira da Silva
 Eliane Cristina de O. Corrêa
 Vanderlei Gomes dos Reis
 Airaê Maurício Santos
 Djalma José de Jesus
 Josefa Santos de Jesus
 Antônio Costa de Souza
 Raimundo Amaro da Silva
 Jonas Cardoso do Nascimento
 Marcos Paulo P. dos Santos
 Adailton da Conceição Santos
 Ruival Torres dos Santos
 Clécio Cardoso dos Santos
 Laércio Oliveira dos Santos



Município

Brejo Grande
 Brejo Grande
 Pacatuba
 Pacatuba
 Pirambu
 Pirambu
 Barra dos Coqueiros
 Barra dos Coqueiros
 Aracaju
 Aracaju
 São Cristovão
 São Cristovão
 São Cristovão
 Estância
 Estância
 Estância
 Santa Luzia do Itanhi
 Santa Luzia do Itanhi
 Indiaroba
 Indiaroba
 Jandaíra - BA
 Jandaíra - BA
 Conde - BA
 Conde - BA

Comunidade de origem

Brejão dos Negros
 Brejo Grande
 Tigre
 Ponta dos Mangues
 Santa Izabel
 Sede
 Pontal da Barra/Ilha de Santa Luzia
 Jatobá
 Atalaia Velha
 Coroa do Meio
 Lot. Lauro Rocha
 Colônia Miranda
 Pedreiras
 Curimã
 Massadiço
 Sede
 Cajazeiras
 Taboa
 Preguiça
 Sete Brejos
 Costa Azul
 Coqueiro
 Poças
 Barra do Itariri

Telefone Verde Petrobras
(Ligação gratuita)

Se estiver em Sergipe ou Bahia
0800 079 3434

Se estiver em Alagoas
0800 082 3434

**Escritórios da
Petrobras em Aracaju**

79 3212 2356
OU
79 3212 2254

E-mail: launseal@petrobras.com.br